



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - EIA/RIMA do empreendimento “Terminal de Gás Natural Liquefeito - Reforço Estrutural de Suprimento de Gás na Baixada Santista”, de responsabilidade da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS, realizada no dia 15 de outubro de 2018, às 17 horas, em Cubatão / SP.**

Realizou-se no dia 15 de outubro de 2018, às 17 horas, na ACIC - Associação Comercial e Industrial de Cubatão, Rua Ceará, 131 - Vila Paulista, Cubatão / SP, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA - Processo 107/2018 (e.ambiente 9242/2018-28). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo, **Anselmo Guimarães**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Eduardo Trani**, saudava e dava boas-vindas a todos os presentes, de modo especial ao senhor **Mauro Haddad**, secretário de meio ambiente do município de Cubatão; vice-prefeito do município de Cubatão, **Pedro de Sá Filho**; o 1º tenente **Carlos André**, do 3º Batalhão, representando o tenente-coronel Ferreira Filho da Polícia Militar Ambiental; aos empreendedores, aos consultores, aos representantes da sociedade civil, de órgãos públicos, às senhoras e aos senhores que vieram nesse final de tarde participar dessa audiência pública. A audiência pública, como o próprio nome diz, é um evento aberto a qualquer interessado em que um projeto, estudo ou atividade é apresentado para que dele se formulem eventuais críticas, sugestões, contribuições e opiniões que tenham acerca da proposta feita com vistas a melhorar o próprio projeto. Expôs as regras estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 que dispõe sobre as normas para solicitação, convocação e realização de audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte da audiência tem lugar à apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados pela equipe de consultoria sobre eles. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra os representantes do Ministério Público, das organizações da sociedade civil com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que se manifestam em seu próprio nome, por representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS, da área de influência do empreendimento, representantes do Poder Legislativo, que não podem ser representados, e em seguida, aqueles que representam o Poder Executivo. Esclareceu que tudo que aqui for dito será registrado, e no final integrará uma ata que será juntada ao processo. Além disso, informou que qualquer interessado tem 5 dias úteis para encaminhar ou protocolar na CETESB, por meio de correspondência registrada, qualquer contribuição que queira ver juntada ao processo para ser analisada. Informou que a Mesa Diretora de Trabalhos era, na ocasião, composta por ele, Secretário-Executivo do CONSEMA, pela **Syllis Flávia Paes Bezerra** conselheira do Consema e presidente da Ecophalt - Cidadania e Sustentabilidade, Ecologia com Praticidade Ambiental da Praia Grande – SP e pelo **Rodrigo Passos Cunha**, engenheiro e Gerente da Divisão de Avaliação de Empreendimento de Transportes da Cetesb, a quem os convidava para compor a mesa. Indagado, o representante da CETESB, disse que neste momento o empreendimento se encontra na análise de sua viabilidade ambiental para posterior, e com base nos estudos, na emissão da licença prévia. Nessa licença prévia existem condicionantes ambientais, exigências que, se atendidas, permitem a outra fase do licenciamento, que seria a licença de instalação, que por sua vez também conta com condicionantes para a próxima fase de licenciamento, a de operação. **Carlos Cesar Zanardo**, do Projeto Gás da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS discorreu sobre o projeto, fez um breve histórico do empreendimento, sua dimensão, organização, etapas de desenvolvimento, objetivos e benefícios. Tem como objetivo manter os preços competitivos, ampliar e diversificar as fontes de abastecimento e aumentar a segurança do serviço prestado. E por ser uma comodite pode-se obter o produto de qualquer parte do mundo, da Ásia, da África ou dos EUA. Informou que esse projeto é totalmente alinhado com as



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

políticas do CEPE - Conselho Estadual de Política Energética, e conta com o apoio institucional da Investe São Paulo para sua implementação. Disse que a Comgás é uma concessão do governo do estado de São Paulo, portanto, uma empresa pública de prestação de serviços de distribuição de gás canalizado que presta conta à ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e à ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Sérgio Luís Pompéia**, Engenheiro Agrônomo, mestre e doutor em Ecologia, da CPEA – Consultoria em Planejamentos e Estudos Ambientais, representando a equipe que elaborou o EIA/RIMA, empresa responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente dos motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos, no patrimônio arqueológico e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas de mitigação que serão implementadas. E destacou que a sua equipe concluiu que o empreendimento é ambientalmente viável, considerando, evidentemente, que ele vai atender às propostas dos programas apresentados, da equipe técnica da Cetesb e da própria comunidade. Passou-se à etapa em que o público se manifesta, pelas entidades da sociedade civil: **Marli Vicente da Silva**, presidente do Instituto Socioambiental e Cultural da Vila dos Pescadores de Cubatão, salientou que não é contra qualquer empreendimento que trás desenvolvimento e progresso, o que a Vila dos Pescadores se preocupa, é que a economia gira em torno do mangue e não adianta proporem como compensação cursos de corte e costura, de alfaiate, de costura industrial. **Fabrizio Gandini**, do Instituto Maramar de Santos, disse que são duas inverdades absolutas que os empreendimentos não alteram a vida marinha e que esse sistema gera um recife artificial, onde esses estudos são momentâneos que não cumprem os protocolos independentes e isentos. Citou o exemplo do incêndio da Ultracargo que só foi salvo por causa da água do estuário. Demonstrou preocupação do processo de desapropriação aquática que está sendo proposto. Uma alternativa locacional seria fundamental, ao canal de Santos que são áreas rasas, e dos baixios de maré que são manguezais não florestados e que não tem proteção legal, só por algumas resoluções. De toda essa água, dez mil caixas d'água, que será usada para resfriar esse processamento do gás, pergunta se a água será do estuário e se tem outorga para isso, e falou da sua preocupação com os filhotes que ali vivem. **Sebastião Ribeiro do Nascimento - Zumbi**, da Associação de Educação Ambiental Cubatão de Bem com o Mangue, falou que ao longo desses 35 anos de caminhada no exercício da cidadania onde cada um tem que fazer a sua parte para cuidar do nosso meio ambiente. Defendeu os estudos pelos técnicos e o projeto, e acha que deve ter mudança no critério que é imposto aos empreendedores quando das compensações ambientais, que tem que ser na própria cidade. **Leandro Silva de Araújo**, da sociedade Melhoramentos do Jardim Casqueiro, se mostrou contra a cava subaquática, onde esse empreendimento tem relação direta com a sua comunidade Vila dos Pescadores e a Vila dos Criadores em Santos. Lamentou o Zumbi ter se mostrado a favor do empreendimento por ser Secretário Municipal de Assistência Social de Cubatão que como representante da Entidade deveria ser contra. Disse que Cubatão foi reconhecido recentemente como município de interesse turístico. Que tem o manguezal como atrativo turístico. E não por acaso a gente vai ter esse empreendimento que fica localizado em Santos, mas tem interferência com atividade pesqueira. A Ilha Caraguatá, por exemplo, é um bairro da cidade de Cubatão, que tem várias marinas e várias pessoas que vivem desse aluguel de barcos para os pescadores. Passou-se à etapa em que o público se manifesta, como cidadãos: **Claudir de Figueiredo Oliveira**, pescador artesanal, disse que um projeto desses interessa para todo mundo, menos para o pescador e reivindica que o projeto os ampare. **Manoel Bispo**, parabenizou a Comgás e a Cetesb pelos trabalhos desenvolvidos. **Adalberto Fernandes Horta**, reforçou que deve ter mudança no critério que é imposto aos empreendedores quando das compensações ambientais, que tem que ser na própria cidade. Passou-se à etapa em que o público se manifesta, como representantes de Órgãos Públicos: **Ricardo Cantarani**, assistente executivo da Subsecretaria de Petróleo e Gás da Secretaria de Estado de Energia e Mineração de São Paulo, destacou



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

na apresentação dos empreendedores que o país tem três terminais de importação, de regaseificação de gás, que são de propriedade da Petrobras. E a Comgás vem com esse reforço estrutural de suprimento do produto. Atua em 88 dos 172 dos municípios da sua área de abrangência, completamente alinhado com o Plano de Energia e com as diretrizes da Política Setorial do Conselho Estadual de Política Energética. Frisou que o estado possui 647 municípios. **Ingrid Maria Furlan Oberg**, analista ambiental do IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, no Escritório Regional de Santos, disse que o Ibama também é um órgão licenciador e que licencia alguns empreendimentos no estuário. Pediu por maiores detalhes sobre algumas questões envolvendo os estudos ambientais da Comgás. Gostaria de conhecer melhor as análises de risco. Falou que viu na apresentação de riscos toleráveis. Existem mapas analisando o pior cenário? Qual a área que pode ser atendida pelo pior cenário de acidente? Qual o risco, em termos de porcentagem, de acidente comparado com outras instalações do mundo? Como é que é o plano de emergência proposto? Passou-se à etapa em que o público se manifesta, como representantes do Poder Executivo: **Mauro Haddad**, secretário de Meio Ambiente de Cubatão, trouxe a sua preocupação, do prefeito e do vice-prefeito com a atividade pesqueira, com os pescadores e com as pessoas do município. Passou-se as réplicas: **Carlos Cesar Zanardo**, do Projeto Gás da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS, ressaltou a importância desta audiência que precedeu de vários movimentos para divulgar, de dar transparência a esse processo, foi visitado diversas entidades, dos agentes da região e do ministério público. Respondeu todas as perguntas de ordem técnica e destacou que só assume a condição de operação a partir do momento que o benefício que vai trazer para a sociedade e para economia do país como um todo, for compensador e todas as condições estão sob controle. E finalizou informando que a Comgás foi premiada pela American Gas Association por quatro anos sucessivos pela sua performance em segurança com relação aos empregados e à comunidade e nas análises de riscos dos empreendimentos desenvolvidos na sua área de concessão. **Sérgio Pompéia**, engenheiro agrônomo, mestre e doutor em Ecologia, da CPEA – Consultoria em Planejamentos e Estudos Ambientais, fez questão de deixar muito claro dois impactos que foram considerados significativos: biota aquática e pesca. E na lei do SNUC, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que diz que todo empreendimento que tem potencial de impactar, deve compensar de alguma forma com recursos as unidades de conservação que protegem a natureza como um todo, de conservação integral. Então a lei é desta forma, de fato ela acaba não privilegiando a questão local, que como cidadão, acha ilegítimo que as compensações não se deem na área do empreendimento. **Daniela Cambeses Pareschi**, bióloga, também da CPEA, respondeu as questões do Fabrício e da Ingrid que com os dados secundários do estuário, a gente percebe que é possível sim compatibilização. Citou que com as metodologias consagradas nos levantamentos, a gente nota a manutenção das espécies, não se nota desaparecimento de espécies sensíveis, nem o desaparecimento de espécies ameaçadas, ao contrário, os ciclos mantêm-se saudáveis. Percebe-se uma manutenção, inclusive até uma recuperação, quando se têm acidentes. **Carlos Eduardo Neves Consulin**, oceanógrafo e especialista em geoprocessamento, representando uma das equipes que elaborou o EIA/RIMA, responsável pelo levantamento da atividade pesqueira, disse que usou dados secundários que são coletados pelo Instituto de Pesca, do programa de monitoramento estuarino e costeiro, e que o questionário elaborado entrou nesse mérito para identificar o perfil e caracterizar a embarcação, tipo de motor, quantos pescadores trabalham e qual a rotina de pesca. **Vivian Gouveia Freitas**, bióloga, também da CPEA, responsável pela parte da vegetação dos estudos ambientais, respondeu ao questionamento da Ingrid, do IBAMA, e disse que estão previstos 12 hectares de supressão de vegetação, somente 0,98 hectares são de vegetação nativa. O resto da supressão vai ser em vegetação antropizada, que é formada basicamente por espécies exóticas, que não são nativas do Brasil, e vegetação degradada incluindo capim, espécies herbáceas e arbustivas. Ressalta que não vai haver supressão em áreas de manguezal devido a tecnologia do furo direcional. **Marcos Aparecido Franco Portela**, engenheiro de materiais, com



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

habilitação em Química, mestre em gestão de tecnologias ambientais, e em segurança do trabalho e com duas pós-graduações na área de riscos, especialmente na área nuclear; trabalha na GR Engenharia, empresa especializada em riscos, respondeu ao questionamento sobre a pressão do gás armazenado GNL- Gás Natural Liquefeito, informando que o terminal será construído paralelamente ao alinhamento do canal de navegação do Porto de Santos, nas proximidades do largo do Caneu, próximo a ilha dos Bagres. O berço será destinado à atracação de navios do tipo FSRU (Float Storage and Regasification Unit) que estocará e regaseificará o GNL (Gás Natural Liquefeito), ficando assim, permanentemente atracado no píer a ser construído e que está de acordo com a consagrada Norma Técnica da Cetesb P4.261. **Syllis Bezerra**, conselheira do Consema, agradeceu a colaboração de todos e principalmente dos ambientalistas, e pediu que todas as solicitações feitas sejam acatadas por todos. E fez uma reflexão que temos que ter o progresso, mas temos que tê-lo em harmonia com o meio ambiente e a preservação. Sendo isso que a gente prega nas escolas. Não adianta a cidade verticalizar, crescer e esquecer o cuidado da natureza, dos recursos hídricos, da preservação ambiental e da comunidade que está ali no entorno. Pediu ao empreendedor para não ter tanto problema na hora do licenciamento, que ouça mais o que temos a dizer, e o que nós cidadãos temos a contribuir. **Rodrigo Passos Cunha** explicou que não havia dito no início da audiência, mas que, como representante do órgão licenciador, é acompanhar a audiência pública e colher todas as contribuições, como as do Fabrício, da Syllis e do Comitê de Bacias, e todas as apresentadas, sejam encaminhadas também no prazo regulamentar. Assinaram a Lista de Presença 63 pessoas. **Anselmo Guimarães**, Secretário-Executivo do CONSEMA, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Conselho, Eduardo Trani, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta audiência. Eu, **José Mário Nogueira**, lotado no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.